



O Conhecimento Comum

introdução à sociologia compreensiva

Coleção Imaginário Cotidiano

Coordenador da coleção:

Luis Gomes

Juremir Machado da Silva - PUCRS

Michel Maffesoli - Paris V

Pierre le Quéau - Grenoble

Philippe Joron - Montpellier III

Renato Janine Ribeiro - USP

Muniz Sodré - UFRJ

J. Roberto Whitaker Penteado - ESPM

Tania Mara Galli Fonseca - UFRGS

Michel Maffesoli

O Conhecimento Comum

introdução à sociologia compreensiva

Tradução
Aluizio R. Trinta



Título original: La Connaissance Ordinaire
© Michel Maffesoli, 2007
© Editora Meridional/Sulina, 2007

Tradução: *Aluizio R. Trinta*

Capa, direção de arte e logo da coleção: *Vitor Hugo Turuga/Fosforografico*

Projeto gráfico e editoração: *Daniel Ferreira da Silva*

Revisão: *Mariane Farias*

Editor: *Luis Gomes*

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: DENISE MARI DE ANDRADE SOUZA CRB 10/960

M187c Maffesoli, Michel
O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva /
Michel Maffesoli. Traduzido por Aluizio Ramos Trinta. –
Porto Alegre : Sulina, 2010.
(Coleção: Imaginário cotidiano)
295 p.

ISBN: 978-85-205-0473-4

1. Sociologia do conhecimento. 2. Filosofia. I. Título

CDD: 100
306.4
CDU: 101
316

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Av. Osvaldo Aranha, 440 cj. 101
Cep: 90035-190 Porto Alegre-RS
Tel: (0xx51) 3311-4082
Fax: (0xx51) 3264-4194
www.editorasulina.com.br
e-mail: sulina@editorasulina.com.br

1ª Reimpressão

{Abril/2010}

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

Sumário

Apresentação	9
Prefácio – Indo à caça, sutilmente	15
Perspectivas	21
Introdução	27
1. Primeiro pressuposto: crítica ao dualismo esquemático	27
2. Segundo pressuposto: a “forma”	31
3. Terceiro pressuposto: uma sensibilidade relativista	36
4. Quarto pressuposto: uma pesquisa estilística	41
5. Quinto pressuposto: um pensamento libertário	45
CAPÍTULO I - Fascínio positivista	55
1. O positivismo em seu ambiente	55
2. Elogio do pluralismo	64
3. O instante obscuro	75
CAPÍTULO II - A experiência do relativismo	79
1. A pluralidade das razões	79
2. A “douta ignorância”	86
CAPÍTULO III - A função ideológica	91
1. O mundo representado	91
2. Ideologia e socialidade	96
CAPÍTULO IV - Caminhando para um “formismo” sociológico	109
1. A preeminência do todo	109
2. A invariância “formista”	116
CAPÍTULO V - O procedimento analógico	131
1. Proposições compreensivas	131
2. Ressonâncias	140
3. Colagem e aglutinação	147

CAPÍTULO VI - A “correspondência” física e social	157
CAPÍTULO VII - A vida sempre recomeçada	175
1. O pensamento cíclico	175
2. O estilo em fragmentos	185
CAPÍTULO VIII - Epistemologia do cotidiano	195
1. A experiência societal e a formalização sociológica	195
2. Pluralismo e empatia	218
CAPÍTULO IX - Saber social e saber sociológico	241
1. As duas culturas	241
2. À felicidade dos povos	244
3. A ordem interior	249
4. Vivido, proxemia e saber orgânico	255
Notas	263
Índice Onomástico	283
Índice Temático	289

*A Julien Freund e a Edgar Morin,
Pensando na harmonia conflitual de todo conhecimento.*

Apresentação

Apesar das aparentes sinuosidades da exposição, com as antecipações, as retomadas, apelando antes à intuição, ao envolvimento, à cumplicidade do leitor, que ao didatismo convencional, não se tarda a perceber que as afirmações, as “teses” deste livro, se impõem pela nitidez e coerência. E isso não só na articulação dos nove capítulos de que se compõe, mas também com o conjunto da obra de Maffesoli, em grande parte traduzida no Brasil. Coerência que se impõe, desconfio, até contra a vontade do autor, gostando de denunciar o “terrorismo da coerência”, que, no plano da dominação política e ideológica, já mandou muitos à fogueira, à guilhotina, ao paredão e aos campos de concentração.

Para Maffesoli não basta a lógica dos conceitos, redutora e totalitária. O conhecimento empírico ultrapassa as construções racionalizadoras. Precisamente aí se encontra a grandeza e ao mesmo tempo a maior limitação da sociologia, necessariamente inacabada (*inachevéé*), já que a própria vida social é inacabada, superando qualquer condicionamento estrutural. Daí a urgência com que se deve opor “a moleza da noção à rigidez do conceito”, um dos temas que perpassam este volume. Diante desse elemento como que divino que é a “centralidade subterrânea” da vida social, impõe-se a adoção de uma metodologia iniciática, a “douta ignorância”, avançando pelas margens, passando de um segredo a outro, muitas vezes recuando para melhor saltar. E no entendimento do “divino social” Maffesoli faz uma das aproximações mais ousadas de sua obra, entre a concepção do sagrado, de Emile Durkheim (que seria o ponto de efervescência da comunidade societal), e a velha “teologia apofática” de inspiração neoplatônica (Pseudo-Dionísio, Eckhart, Nicolau de Cusa), a “via negativa”, dizendo, da sociedade como da divindade, menos o que são que o que deixam de ser.

E por aí se constata quanto a concepção maffesoliniana do saber sociológico afasta-se do cientificismo de inspiração positivista. Se entendido de maneira convencional, mesmo o “critério de demarcação”, sugerido por Sir Karl Popper em *A Lógica da Pesquisa Científica*, pelo qual a teoria científica (e portanto, para muitos, a teoria sociológica) se distinguiria das teorias não científicas (metafísicas, esotéricas etc.) por permitir a formulação de hipóteses a serem testadas empiricamente, é rejeitado por nosso autor. Mas na verdade parece-me que o que ele mais faz é ampliar, por assim dizer “trivializar”, o critério da demarcação. Do mesmo modo que Monsieur Jourdain, o personagem de *Le Bourgeois Gentilhomme*, de repente descobre sua qualidade de prosador (pois tudo que não é poesia é prosa), a sociologia voltada para o banal e o cotidiano transporta o teste empírico para terreno igualmente banal e cotidiano. Maffesoli gosta de assinalar que toda experiência tem poder cognitivo, tudo é método, tudo é caminho, tudo serve à sociologia.

Falei da nitidez das teses de Michel Maffesoli e passo a exemplo absolutamente central em sua obra, a quintessência, eu diria, de seu pensamento. Refiro-me à rejeição do historicismo. Para o autor de *La Connaissance Ordinaire*, o essencial se encontra na invariabilidade do homem em sociedade, no retorno idêntico, nas grandes constantes da condição humana, como se só o presente, sempre e novamente igual a si mesmo, merecesse atenção. É o “ceticismo trivial”, com que Maffesoli-David derruba os Marx, os Comte e até os Durkheim, com suas esperanças loucas”. Pois esses Golias simplesmente são incapazes de responder à interrogação (a última e a única...) sobre a morte, a contradição, a resistência do outro, as mortificações de cada dia, as banalidades que desacreditam todo triunfalismo progressista e positivista.

Quero ainda, antes do resumo final, destacar outro dos aspectos mais notáveis do livro e da obra inteira do seu autor. É, como já se subentende no título, a sociologia do conhecimento e mesmo a sociologia do conhecimento sociológico. Seu ponto de partida é o postulado durkheimiano de que as ideias são o motor inicial dos processos sociais, a sociedade, para Durkheim, consistindo essen-

cialmente numa “comunidade de ideias”. Daí o autor de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* passa imediatamente à análise do totemismo dos indígenas da Austrália (considerados como as tribos mais primitivas à disposição do etnólogo), enquanto Michel Maffesoli, sem a menor dúvida dentro da lógica e do espírito da obra de Durkheim, passa à análise das tribos (pois é isso que são) de professores e pesquisadores. Todas as ideologias – inclusive, repita-se, os sistemas sociológicos e antropológicos, sem excetuar os “tipos ideais” de Max Weber, com os conceitos de “ética protestante”, “capitalismo”, “racionalismo” e tudo mais – seriam, em última análise, representações totêmicas. Nenhum mecanismo puramente lógico permite passar da experiência, sempre singular e concreta, à universalidade que reivindicam; as ideias, isto sim, constituiriam símbolos de participação, grupal, quer dizer, seriam sempre totens.

Esses novos desenvolvimentos da questão do totemismo me surpreendem tanto mais porque eu mesmo, em outros de meus artigos sobre Michel Maffesoli, havia declarado que o seu “ceticismo trivial”, representando a crítica radical dos lugares-comuns, dos *poncifs*, em que assenta boa parte da especulação antropológica e sociológica, em nosso país e noutras terras, servia para pôr em evidência o caráter meramente totêmico, banalmente totêmico, do que tenta impor-se como paradigma normativo da ciência e da pesquisa, infiltrado em universidades, fundações e museus. Maffesoli, se ousou assim me expressar, puxa o tapete de debaixo de meus pés, na proclamação clara e bem assumida do pantotemismo, do inevitável totemismo, levando às últimas consequências a teoria do conhecimento de Emile Durkheim.

E acredito que Maffesoli se mantenha bem mais fiel à inspiração de Durkheim do que esse outro ilustríssimo sociólogo-antropólogo francês, Claude Lévi-Strauss, também muito versado nas sutilezas do totemismo e da mentalidade de selvagens e habitantes de países tropicais. Enquanto Maffesoli “totemiza” as ideologias e as próprias ciências sociais, Lévi-Strauss, ao contrário, “sociologiza” o totemismo, tratando-o como um processo cognitivo, na essência racionalizador, como se fosse uma banal sociologia ao al-

cance de todos, até mesmo de etnólogos, desde que adequadamente decodificada, o que, com exceção da genial *trouvaille*, “não são as semelhanças, mas as diferenças que se parecem”, equivale a permanecer, como o próprio Lévi-Strauss foi capaz de pressentir, no tedioso funcionalismo de Radcliffe-Brown. Já para Maffesoli (uma de cujas ambições não declaradas consiste, eu suspeito, na completa refutação do estruturalismo lévi-straussiano e na eliminação de suas sequelas, nas duas margens do Atlântico), ideias e totems não chegam a ser propriamente funcionais, sem ser nem “bons para comer” (Malinowski), nem sequer (e paradoxalmente) “bons para pensar” (Radcliffe-Brown, Lévi-Strauss), nem mesmo bons para organizar – Maffesoli desconfia de tudo que é ordenamento e estruturação – não passando, do *glutinum*, do imaginário que vincula grupos e comunidades.

Porém é impossível acompanhar, no espaço desta apresentação, os meandros, as sutilezas, as digressões, as divagações de Maffesoli. Vou, para resumir e concluir, condensar o livro em quatro teses básicas. *Primeira*: mais-valia do vivido sobre o representado, levando à primazia da “socialidade” (ou comunhão) sobre a instituição; do presente, plural e unívoco, sobre o projeto unilinear. *Segunda*: domínio da noção, do totem, da “douta ignorância”, sobre o conceito redutor e totalitário. *Terceira*: pluralismo metodológico da ciência social, com a rejeição (ou “trivialização”) do “critério da demarcação” pelo teste de hipóteses. *Quarta*: afirmação das invariantes da condição humana e, portanto, do caráter ilusório do projeto político (tal como se configura inclusive nas grandes revoluções) e do historicismo.

Com a crítica radical que faz nosso autor ao historicismo dos Hegel, dos Marx, dos Comte e até do seu noutros aspectos querido Durkheim, há de se concordar integralmente. Tal história simplesmente não existe. A argumentação “trivial” de Maffesoli, lembrando a permanência da alteridade e da contradição, junta-se à sentença lapidar de Leopold von Ranke, “Todos os períodos da História dependem imediatamente de Deus”, isto é, sendo todos igualmente *gottunmittelbar*, dispensam os esquemas complicados, que, para res-

salvarem a pretensa lógica do conjunto, expulsam povos e períodos inteiros do suposto desenvolvimento ortogenético da história. Michel Maffesoli diz coisas muito importantes, que precisam ser ao máximo divulgadas. Penso, inclusive, que a *docta ignorantia* que propugna, essa desconfiança da excessiva teorização, a defesa da ciência social plural, merece máxima reflexão por parte de sociólogos e antropólogos brasileiros, muitas vezes dependentes de escolasticismos que antes reforçam os interesses da profissão, constituindo (no mau sentido...) as representações totêmicas de nosso grupo, ou de nossos grupos, do que servem, apesar da pretensão e da retórica, para compreender o tempo e a sociedade em que vivemos.

Roberto M. C. Motta, Ph.D.
Fundação J. Nabuco (Recife)
Universidade Federal de Pernambuco.

Prefácio

Indo à caça, sutilmente

*“As mais serenas dentre as palavras são
aquelas que trazem consigo a borrasca.
Os pensamentos que chegam a passos
miúdos, como o dos pombos,
movem a roda do mundo.”
(F. Nietzsche)**

Não terá todo pensamento digno deste nome a ambição de se mostrar impecável? Não naquilo que deixe de discutir ou questionar mas, certamente, naquilo em que ganhe contornos de uma forma completa, acabada, decidida, com a qual pretenda apreender a vida em sua inteireza. Mais ainda: que tencione levar a tarefa a bom termo, fazendo-se então presente nas vibrações mais imperceptíveis do corpo social.

Desde logo, manifestamos uma preocupação, que pretendemos ética tanto quanto estética. Ética, de início, quanto à exigência de um acercamento sempre mais pertinente àquilo que compõe a argamassa do ser/estar com; estética, enfim, no que concerne ao empenho em descrever, tingindo-o com o mais belo sentimento de admiração possível, o “estilo” peculiar à época.

Há um quarto de século, era este o principal cuidado inspirado pelo que chamo “conhecimento ordinário”. Acolho hoje o pedido que me fizeram de apresentá-lo em nova edição.

Àquela época, pareceu algo surpreendente (e, talvez, admirável) apontar o estreito vínculo existente entre a investigação reflexiva e a vida (“sem qualidades”) do dia a dia. Ainda agora serão muitos os que continuam a crer na existência de um “corte epistemológico” a apartar o laborioso trabalho do conceito de uma “opinião” tida por

* “Les paroles les plus calmes sont celles qui amènent l’orage. Les pensées qui viennent à pas de colombe, dirigent le monde”.

naturalmente débil, inteiramente ideologizada e totalmente alienada.

É essa, bem se vê, a paranoia habitual com que convivem todos os que se pretendem detentores de um saber absoluto. Vamos deixá-los para lá, entregues à sua crença nos poderes da ciência e às voltas com os diversos dialetos nos quais ela costuma exprimir-se. Tal arrogância não mais se recomenda. A mesma suspeita que um dia incidiu sobre políticos, assim como sobre distintos formadores de opinião, nos dias que correm assola os intelectuais.

Nada que chegue a causar surpresa. E isto porque – sem qualquer solução de continuidade, neste nosso tempo, a mercê de artigos eruditos ou jornalísticos, bem como de obras edificantes e emissões de radiodifusão destinadas a toda espécie de vulgarização – o que se tem chamado de “traição dos instruídos” ou “expertos” vem-se exprimindo na disseminação de lugares-comuns, camuflados sob a denominação (não controlada) de crítica social.

A tais lugares-comuns, que aparecem recobertos por um verniz universitário, opus, pressuroso, uma *senso-comunologia*, na certeza de estar mostrando que levo a sério a vida de todo dia. Situando-se aquém ou além da “opinião” que se tem na conta de “científica”, o senso comum, em sua sabedoria ancestral, não se deixa perturbar pelo *dever ser* e, assim, reconhece o que *é* ou *está*. Paul Ricoeur deu a isto o nome de “discursividade primordial do vivido”. É o que a fenomenologia – a (a-)apresentação do mundo – propõe para adoção: fazendo uso de um fiável e bem apurado instinto, saber chegar ao âmago das coisas.

Note-se o paradoxo evidente no fato de que, ao ressaltar aquilo que se oferece à vista, que está bem diante dos nossos olhos – a fenomenologia acaba por dar destaque às coisas antigas, ao arcaico. M. Merleau-Ponty enxergava, nesta circunstância singular, a aptidão da arte em restituir o “grito inarticulado” do (que é) primordial; e, claro está, em despertar na “visão ordinária de potestades adormecidas, um segredo de preexistência”.¹

¹ MERLEAU-PONTY, M. *L'oeil et l'esprit*. Paris: Gallimard, 1960, p. 61 e RICOEUR, P. *A l'école de la phénoménologie*. Paris: Vrin, 1993, p. 63.

Afastando-se das batidas trilhas de tantas ideias convencionais, convenientes, o “conhecimento ordinário” fez com que pudéssemos “ver” toda a importância que encerra o presente: o retorno das tribos e o do nomadismo; a pregnância (a força da forma) dos corpos e do emocional; enfim, outra “transfiguração” do político.

Paro, neste ponto, com a ladainha ou com a argumentação desenvolvida em favor de meus próprios interesses. Deixo, agora, aos espíritos íntegros e lúcidos o cuidado de estabelecer a distinção entre uma via de pensamento autêntico e as múltiplas cópias ilegais ou incivildades intelectuais que correm a rodo em nossos dias.

Bastará ter em mente que o caráter profético da fenomenologia se prende ao que ela “declara ante (a)” – (*pro phemi*); e que, portanto, estará “dizendo antes (de)”. Encontram-se, então, e se juntam o bom senso e o senso comum. H.-G. Gadamer assim definia o trabalho de Heidegger: o filósofo “não falava acerca das coisas; ele as exibia”.²

Eu subscrevo. Bem além do conceito fechado, totalitário, irrefreável, refulgem a noção, a metáfora, a analogia e a correspondência, sempre aptas a captar todos os matizes de uma realidade complexa. E. Morin, a quem este livro foi dedicado, mostrou sobejamente que o “complexo” caracteriza o que, em conjunto, se entretece. Em vez de cortar com brutalidade este nó górdio chamado realidade social, mais vale saber desembaraçar, com paciência, seus múltiplos fios entrelaçados.

Eis que, subtraindo-se as rotinas teóricas nas quais a preguiça intelectual rivaliza com o dogmatismo, o encaminhamento do que chamamos “visada compreensiva” serve de introdução a um relativismo (Capítulo II), cujas consequências seguimos avaliando.³ Não o propusemos como uma renúncia ao espírito crítico, mas como possibilidade de relativizar, uns em referência aos outros, valores em presença; e, simultaneamente, correlacioná-los. Portanto, dize-

² Citado por FRANCE-LANORD, H. Heidegger à plus forte raison. Paris: Fayard, 2007, p. 242.

³ Cf. P. WATIER, Une introduction à la sociologie compréhensive. Paris: Circé, Belfort, 2002. Também S. MOSCOVICI, La machine à faire des dieux. Paris: Fayard, 1988.

mos aqui de um relativismo que irá levar-nos à compreensão do policulturalismo, da mestiçagem, do tribalismo, do pluralismo e de outros tantos “politeísmos dos valores” (Max Weber) – marca, se o for, da pós-modernidade nascente.

O que se pode ter como certo – e, claro está, irá afligir ou irritar a uns quantos – é o fato de tal perspectivação compreensiva ser nada menos que judicativa ou normativa. Endossamos aqui o preceito de Spinoza: *nihil mirari, nihil lacrimari, sed intelligere*. Dizia ele: nada admirar, por nada chorar, mas empenhar-se em (a) tudo compreender. Tal humildade não deixava de fora ou de lado um objeto de estudo, fosse ele qual fosse; tampouco excluía este ou aquele método que pudesse servir à sua abordagem.

A perspectivação de que falávamos sequer recusa a *disputatio* retórica, até porque as “grandes querelas humanas se deixam entrever como disputas de palavras” (Spinoza). Pendências e pelejas intelectuais, porém, em muito se assemelham a combates de cavalaria, a torneios medievais, nos quais o embate pode levar a uma derrota sem com isso condenar o contendor à desonra.

Essa *disputatio* soberana pouco ou nada tem a ver com diatribes, prédicas de “doutores em leis” e outras tantas formas inquisitoriais que, em nossos dias, se vêm impondo. Em realidade, alguns “teóricos” pertencentes ao baixo clero, que adejam em instituições outrora célebres (Sorbonne, Collège de France, Ecole Normale), mostram mais zelo na defesa de uma ordem científica do que preocupação em produzir ideias originais, de modo consentâneo ao tempo presente.

Vociferem à vontade os que assim quiserem. Não vamos prestar atenção neles nem chamar a atenção para eles. Estou certo de que sabem, de maneira mais ou menos consciente, que sorte está reservada às folhas de suas árvores: vão cair e apodrecer precocemente como tudo o que está desprovido de consistência.

Ante aquilo que K. Jaspers, com inteira justiça, denominava “a histeria dos professores universitários”, saberemos preservar a razão que nos assiste ou, ainda, exibir o vigor estilístico de um “Cambronne” para, como devemos, dar-lhes respostas justas.

Nada a temer, portanto. É bem conhecido o fato de que, em todos os tempos e lugares, *tempore patet occulta veritas*: com o tempo, aparece e transpõe a verdade (até então) ocultada.

O mesmo se dá com a busca compreensiva que, marginalizada, ignorada mesmo, há duas décadas, vê-se agora retomada e celebrada por aqueles que um dia tanto fizeram para estigmatizá-la. O livro de Peter Berger e Thomas Luckman⁴ serve aqui de eloquente testemunho. Eu o havia prefaciado e feito publicar. E ele foi por muitos vilipendiado e menosprezado; hoje, porém, ei-lo incensado e recomendado justamente por sua pertinência.

O método compreensivo permite uma abordagem indutiva, toda ela feita de discernimento e rica em matizes. O “conhecimento ordinário” chama à baila a surpresa e o abalo que, há muito, instituem e constituem os fundamentos de toda obra de pensamento. Ela prepara as armas, polindo-as para “sutis partidas de caça” que, aqui e agora, dizem respeito ao que se vem procurando: a vida em seu eterno recomeço (Capítulo VII), a vida em sua dimensão eterna.

Tem a sociologia uma chance de integrar o que Auguste Comte chamava “poder espiritual”, sempre capaz de apreender e designar, do modo menos falso ou inexato possível, “o acordo dos espíritos”⁵. Afeto e razão, neste acordo, se conjugam, mesclam-se e se confundem. Uma razão que emerge da vida vivida, a qual, por seu turno, não pode subsistir sem a razão. A tal reversibilidade, o filósofo espanhol Ortega y Gasset denominava *ratio vitalismo*.

É o que está em jogo nesta conjugação de saber e da ação; do conhecimento e da socialidade tão peculiar a toda experiência societal.

Paris, 18 de março de 2007.

⁴ La construction sociale de la réalité. Tradução de P. Tamínio. Prefácio de M. Maffesoli. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1986. (Uma nova tradução acaba de ser publicada pela editora Armand Colin; dela, porém, não consta o Prefácio, o que bem mostra de que são capazes os autores de tal indelicadeza. Quanto a mim, muito me alegra o merecido sucesso alcançado por este livro).

⁵ Cf. Auguste COMTE, Calendrier Positiviste. Posfácio de P. Tacussel: “Auguste Comte, a obra vivida”. Montpellier: Fata Morgana, 1993, p. 50.